

# Missão dos bancos examinará contas

O embaixador para dívida externa, Jório Dauster, informou que aguarda um contato telefônico com o presidente do Comitê Assessor dos Bancos Credores, William Rhodes, para acertar a vinda de uma missão técnica ao Brasil para examinar em conjunto com técnicos do Governo as cifras que deram origem à proposta apresentada na quinta-feira passada em Nova Iorque. Quanto à definição de uma nova reunião com o comitê assessor, Dauster disse que ela também caberá a William Rhodes.

O embaixador considera perfeitamente natural o fato de a proposta brasileira ter sido recebida com reservas pelos credores. "Seria surpreendente e até nos causaria certa espécie se nossa proposta fosse acolhida no primeiro dia", disse. "A reflexão neste momento é natural já que

trata-se de uma proposta duplamente inovadora. Inovamos conceitualmente ao abandonar a tese de que a dívida deve ser paga mediante a geração de saldos da balança comercial e não estamos chorando por uma redução de nossa dívida".

## ESTRATÉGIA

Segundo o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, o Governo tinha consciência de que a proposta a ser apresentada fugia completamente aos padrões em que foram feitas as negociações durante os anos 80 e, por essa razão, estabeleceu-se que o Brasil apresentaria a proposta e procuraria divulgá-la o melhor possível para que ficasse claro a sua natureza.

Kandir reforça a tese de que,

respeitado o princípio da estabilização da inflação a curto prazo e da retomada do crescimento econômico, o Governo está disposto a negociar todo e qualquer instrumento para reescalonamento da dívida: "O que importa para o País é qual o fluxo máximo de pagamentos que ele pode fazer durante a fase um e a fase dois — a fase um é a da estabilização e a fase dois é a da retomada do crescimento", comenta. "O que é fundamental é que haja esse fluxo de pagamentos externos. Agora qual a sua forma institucional, ou seja, que tipo de bônus, que tipo de papel é uma questão secundária".

A proposta brasileira, de acordo com Kandir, tem por objetivo primeiro exemplificar esse fluxo de pagamento. O tipo de papel, nesse sentido, serve para evidenciar o fato de que não há necessidade de uma redução compulsória da dívida. "Esse bônus de longo prazo demonstra que existe até a possibilidade de se construir um papel onde não haja a menor necessidade de o Brasil reduzir a dívida", comenta.

Kandir alerta, porém, que para assumir o compromisso de pagamento integral da dívida é preciso desenhar um papel de tal maneira que em qualquer circunstância o País tenha condição de garantir esse tipo de pagamento. "E por isso que é importante ressaltar que o fluxo de pagamento nos próximos anos não está condicionado a haver ou não um determinado desempenho das contas fiscais", destaca.